



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

**ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS**  
**COMUNICADO NACIONAL 02/13**

**18 de Março de 2013**



Estatuto de participação e consulta junto do Conselho da Europa e reconhecida junto do Parlamento Europeu, OSCE e das Assembleias Parlamentares da NATO e da UE.

**Defender a Condição Militar!**  
**Comparecer na Concentração de Militares!**

Quando, na sequência da divulgação dos resultados de mais uma avaliação, inúmeras vozes dos mais variados quadrantes, se erguem num coro de contestação ao resultado das políticas impostas por este governo, em que a única coisa certa é que o Ministro de Estado e das Finanças não acerta uma única previsão, fica ainda mais evidente que os sacrifícios que há anos nos são solicitados, e a que os militares nunca se eximiram, não estão a alcançar os objectivos anunciados e por isso não podemos continuar a ser conduzidos para o abismo.

Insistir na aplicação destas medidas, e só para referir alguns dos aspectos negativos resultantes desta política, no que aos sargentos diz respeito, é condenar os nossos camaradas a uma vida inteira num posto de início de carreira, é negar-lhes o reconhecimento académico devido por uma formação e uma vida prática cada vez mais exigentes, é frustrar as legítimas expectativas de quem está disponível para servir a pátria e o povo e por eles entregar a própria vida.

A cegueira e o autismo destas medidas com os resultados negativos que se lhes conhecem, têm-se materializado na suspensão de passagens à reserva; no congelamento das promoções em 2011; no simulacro de descongelamento em 2012; no congelamento que se verifica já em 2013, pois estamos a chegar ao fim do primeiro trimestre e ainda não se verificaram quaisquer promoções, estando a ser remetidas para o mais tarde possível, atenta a norma de apenas produzirem efeitos retributivos no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República. Também com a redução de efectivos sem qualquer estudo que a sustente ou demonstre a sua coerência se está jogando publicamente de modo a dividir os portugueses, fomentando nos cidadãos a criação de uma visão negativa e pouco digna relativamente aos seus militares.

Também neste estado de direito em que, segundo declaração do Presidente da República, a Constituição que é o garante do regular funcionamento das instituições, não se encontra suspensa:

- São anunciados, e intencionalmente postos a circular, diversos documentos, sem terem sido cumpridos os preceitos de auscultação das partes a que a Lei obriga, propondo diferentes modelos de carreira; apontando para outros padrões de formação; mudanças nos métodos de promoção e profundas alterações à situação de Reserva, entre outros.

- Através de sucessivas alterações legislativas nega-se o exercício de um direito legal e estatutariamente constituído, recorrendo a um expediente que em nada enobrece a posição dos chefes militares, quer seja o da passagem à situação de reserva ou da devolução das contribuições para a CGA que, no quadro legal que subescreveram, foram descontadas aos militares que, programando a sua retirada, a elas aderiram. Um Estado de direito que se respeita não pode fazer uso de dois pesos e duas medidas quando assume compromissos, um quando se trata de entidades externas e outro quando se trata dos seus cidadãos.

• Não descrevendo e atribuindo funções específicas aos militares, que definiriam de forma clara e inequívoca os quadros necessários ao funcionamento das Forças Armadas, também as chefias saem mal deste papel quando alegam falta de pessoal. Este é um erro de planeamento e gestão para o qual sempre foram alertadas mas a que não deram atempadamente ouvidos.

Todos os aspectos que enformam uma carreira digna e dignificante, tais como os níveis de formação reconhecidos e qualificados, a progressão na carreira de acordo com patamares de maior responsabilidade, autoridade e conteúdo funcional compatíveis, só fazem sentido tendo por detrás um sistema de saúde e de assistência social complementar capazes e condizentes com as exigências que a todos nós são colocadas, bem expressas na Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, Lei que continua em vigor e a caracterizar a nossa profissão.

Contudo, a descaracterização desta condição militar também passa pela ADM e pelo próprio IASFA quando se anunciam, entre outras malfeitorias:

- O aumento das quotizações acompanhado da diminuição das participações;
- O aumento do desconto de 1,5% para 2%, a ser pago durante 14 meses por ano;
- O estabelecimento e aplicação aos cônjuges sobreviventes uma quota de 1,5%;
- O cancelamento da inscrição e renovação de “Protocolados” (cônjuges beneficiários de regimes de protecção social que não ADSE) e uma proposta que se traduz no pagamento de uma quota mensal de 25,00€;
- O pagamento de uma quota de 0,3% para o IASFA;
- O aumento de 20% para 25% no pagamento médio dos actos médicos;
- O fim do regime convencionado para próteses oculares, com o imediato pagamento de 100%, e condições mais restritivas;
- O pagamento de 100% dos actos médicos nos prestadores convencionados;
- A celebração de um protocolo entre o IASFA e o Hospital das Forças Armadas (HFAR) em que se prevê a redução drástica dos acordos existentes nos distritos de Setúbal, Lisboa e Santarém.

Por tudo isto, e muito mais, é absolutamente urgente defender a Condição Militar. É importante que estejamos presentes na **Concentração de Militares, na próxima Quarta-feira, dia 20 de Março, a partir das 17H30, junto da residência oficial do Primeiro-ministro, em Lisboa.**

Porque acreditamos que só lutando defenderemos e alcançaremos a dignidade de uma vida profissional de que nos honramos, vamos: **Reforçar a ANS! Defender Portugal!**

**A Direcção**

**Lisboa, 18 de Março de 2013**